

Pais pode dispensar crédito dos bancos

Rio — O presidente do Banco Central, Ibrahim Éris, afirmou ontem que o Governo brasileiro pode abrir mão das linhas de crédito de curto prazo dos bancos estrangeiros, caso os credores façam “exigências exageradas” para renová-las. Essas linhas que financiam operações de comércio exterior e o interbancário das agências de bancos brasileiros lá fora, têm sido usadas como instrumento de ameaça dos bancos credores para pressionar o Brasil a retomar o pagamento dos juros atrasados da dívida externa. O momento de renová-las será no final de março de 1991.

Éris reconheceu que alguns bancos estão liquidando suas posições nessas linhas, outros reduzindo o volume de crédito e encurtando os prazos e ainda cobrando **spreads** (taxa de risco) elevados. “Mas essa situação já encontrei quando assumi o Banco Central. Não mudou. Quando vencerem esses créditos vamos sentar para negociar. Mas uma coisa é certa: não vamos comprar dólares para pagar aos bancos credores”, afirmou, depois de informar que ainda esta semana o Governo conclui o cálculo sobre a capacidade de pagamento do setor público brasileiro aos credores.

O chefe da missão do Fundo Monetário Internacional (FMI), Thomas Reichmann, já se encontrou por duas vezes com Ibrahim Éris. “Discutimos o plano econômico, a política monetária, fiscal e cambial, mas não entramos em detalhes

técnicos”, informou Éris.

JUROS

Os pagamentos relativos ao serviço da dívida externa poderão chegar este ano a sete bilhões de dólares. O negociador da dívida, embaixador Jório Dauster, disse ontem que o pagamento de sete bilhões de dólares, contra a previsão inicial de cinco bilhões de dólares, não significa uma alteração da estratégia de negociação e muito menos uma concessão aos credores. Trata-se de um valor que está dentro das metas de controle monetário, do déficit público e de proteção das reservas cambiais, que não afetam, portanto, a política de combate à inflação. “Os cinco bilhões de dólares foram um número que surgiu durante a campanha eleitoral”, disse Dauster.

No entanto, os bancos privados, que têm pressionado para que o Brasil reinicie o pagamento dos juros atrasados (que somam mais de sete bilhões de dólares) não vão ver a cor do dinheiro antes que haja um acordo “global” para a dívida de médio e longo prazo. Os pagamentos obedecem a uma prioridade rígida: em primeiro lugar, o Fundo Monetário Internacional (FMI) e, depois, o Banco Mundial e o BID. Em terceiro, o Clube de Paris e, finalmente, os bancos privados. Somente o FMI, Bird e BID estão recebendo.

Trata-se de uma questão aritmética: não podemos pagar os atrasados porque eles equivalem as nossas reservas - disse o embaixador.